

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE

ERICKSON ALMEIDA ARANDA

ENCENANDO A DIVERSIDADE:

Uma análise dos personagens utilizados na cobertura jornalística das
Paradas do Orgulho Gay de Belo Horizonte

Belo Horizonte

2008

ERICKSON ALMEIDA ARANDA

ENCENANDO A DIVERSIDADE:

Uma análise dos personagens utilizados na cobertura jornalística das
Paradas do Orgulho Gay de Belo Horizonte

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Comunicação (DCC) do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Adélia Barroso Fernandes.

Belo Horizonte

2008

Neste momento, olho pra trás e vejo, ao longo de todo o caminho percorrido até aqui, várias pessoas que, em diferentes momentos, contribuíram, direta ou indiretamente, para esta conquista. Meus sinceros agradecimentos: a Adélia Fernandes pelo incentivo e dedicação quando propus transformar esta monografia num artigo científico. Verdadeiros mestres se mostram nesses momentos e nos surpreendem, nos encantam; a Marina Freitas, outra mestra, que me ensinou a pensar as relações sociais e me proporcionou um momento único: estar numa Parada Gay na companhia de uma brilhante historiadora e cientista social; a Davi Gardoni pelos primeiros artigos sobre o Movimento GLBT a que tive acesso e pela atenção e serenidade diante de minhas inquietações e divagações sobre a condição humana; a Camila Perdigão pela amizade e presteza em traduzir o que se fez necessário; a Nádía Rodrigues por ensinar-me que o segredo da vida: “*Obter-se!*”; aos meus pais por abdicarem de tantas coisas para me proporcionar a oportunidade de perseguir um sonho. Sem eles, essa jornada não teria início.

“Cada um sabe a dor e a delícia de ser como é.”

(Caetano Veloso)

RESUMO

A capacidade da mídia de influenciar a imagem da realidade tem alterado a prática dos movimentos sociais. A partir da década de 90, os atores sociais e políticos se adequaram a uma das principais exigências do mercado da informação: o espetáculo. Tanto os meios de comunicação, ao evidenciarem o espetáculo das Paradas do Orgulho Gay, quanto os participantes da marcha, ao produzirem o *fato-show* para atrair a atenção das lentes, estariam contribuindo para a construção de uma identidade homossexual midiática. Considerando, também, que o discurso jornalístico carrega marcadores sócio-culturais do momento histórico no qual foi produzido, propomos uma análise da representação do Movimento GLBT, através dos personagens utilizados na cobertura das dez primeiras edições das Paradas do Orgulho Gay de Belo Horizonte, pelo jornal *Estado de Minas*.

Palavras-chave: Identidade. Movimento GLBT. Parada do Orgulho Gay. Representação. Mídia. Jornalismo.

ABSTRACT

Media's influence upon the reality has changed the social movements throughout time. Since the 1990's, social and political actors have changed their habits in order to achieve a demand of the market: the spectacle. Both the means of communication and the participants contribute to the construction of a homosexual identity on the media, either by highlighting the spectacle of the Gay Parades or by producing the show to call attention. Considering that the journalistic speech is full of socio-cultural remarks of the period when it was produced, we propose an analysis of the representation of the GLBT Movement by the characters that were present during the first ten cover-ups of Gay Parades in Belo Horizonte on Estado de Minas newspaper.

Keywords: Identity. GLBT Movement. Gay Parade. Representation. Media. Journalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A RELAÇÃO DA MÍDIA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS	11
2.1 A mídia legitimando a cidadania.....	11
2.2 Critérios de noticiabilidade	14
2.3 Espetacularização da notícia.....	18
3 IDENTIDADE, CIDADANIA E MOVIMENTO GLBT	22
3.1 A questão da sexualidade	22
3.2 O processo de construção identitária	26
3.3 Uma nova noção de cidadania	30
3.4 O Movimento GLBT e as Paradas do Orgulho Gay	32
4 O MOVIMENTO GLBT NA MÍDIA	36
4.1 Espetáculo visual: personagens das fotografias	36
4.2 Anonimato e discurso político: personagens do texto	42
4.3 Festa ou movimento social.....	47
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A partir do final do século XIX, diversas mudanças sociais possibilitaram que os indivíduos com orientações sexuais diferentes da heterossexualidade se identificassem como tal. Ao longo do século XX, a exacerbação dos valores da Modernidade e o processo de crise da família patriarcal estimularam que esses sujeitos se organizassem em grupos de defesa da diversidade sexual. Nesse momento, para romper com a marginalização e cobrar uma efetiva inclusão social, através do reconhecimento de direitos, como a união civil e a criminalização da homofobia, os homossexuais organizam o Movimento GLBT¹ (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros).

Para fortalecer o processo de luta pela cidadania, era necessário, no entanto, que os homossexuais estivessem presentes no espaço público. Como diz um velho ditado: “quem não é visto não é lembrando”. A principal forma encontrada pelo Movimento GLBT para levar sua temática para a agenda pública e legitimar suas reivindicações foi através das Paradas do Orgulho Gay – passeatas realizadas entre os meses de junho e julho, em diferentes partes do mundo. O evento possui, ao mesmo tempo, um *caráter festivo*, ao possibilitar que os homossexuais rompam com as normas estabelecidas pela heterossexualidade compulsória e expressem sua sexualidade num ambiente que não seja o gueto; e um *caráter político*, ao servir como um momento para os homossexuais apresentarem uma identidade coletiva e reivindicarem direitos civis, ou seja, exigir uma cidadania efetiva.

Na última década, as Paradas do Orgulho Gay têm chamado à atenção da mídia e da população em geral pelo crescente número de participantes, sendo considerada

¹ Existe uma grande divergência em relação à sigla que designa o movimento pela livre orientação sexual, principalmente em relação ao número de T's. Algumas entidades utilizam a sigla GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) devido à reivindicação das transexuais de uma diferenciação em relação às outras identidades que se abrigam sob a denominação de Transgêneros. A ordem das letras também é motivo de questionamentos sendo comum encontrarmos LGBT, o que sinaliza para uma discussão sobre a inferiorização das lésbicas dentro do movimento homossexual, ou TLGB, apontando para necessidade de dar mais visibilidade para os transgêneros. Utilizaremos a sigla GLBT por ser a forma mais utilizada pelos movimentos sociais.

a maior manifestação cívica da história. Em 2007, o evento reuniu, em São Paulo, por exemplo, três milhões e meio de pessoas².

Concomitantemente à *popularização* das paradas, na década de 90, a mídia passou a assumir um papel fundamental junto aos diversos movimentos sociais urbanos, devido a sua capacidade de ampliar a visibilidade dos acontecimentos no espaço público. No caso das Paradas Gays, por exemplo, milhares de pessoas só têm acesso ao evento através de reportagens.

A construção do discurso jornalístico, no entanto, é marcado por uma série de critérios de noticiabilidade e por todo o contexto histórico-cultural no qual ele foi produzido. Quando o Movimento GLBT se representa à sociedade através da Parada Gay, uma outra representação do próprio movimento é construída pelos jornalistas ao reportarem o evento.

Por tratar-se de um movimento social ligado principalmente à identidade de gênero e composto por uma diversidade de atores, propomos nesta monografia uma análise da representação do Movimento GLBT através dos personagens utilizados na cobertura das Paradas do Orgulho Gay de Belo Horizonte, pelo jornal *Estado de Minas*. Escolhemos esse periódico como material empírico pelo fato de ser o jornal com maior circulação no estado. Outro fator levado em consideração é a hipótese de Wolf (1995) de que os meios de comunicação impressos têm maior influência no processo de construção de imagens da realidade social.

Ao longo do próximo capítulo, faremos uma explanação sobre a influência da mídia junto aos movimentos sociais e sobre os processos de construção e espetacularização da notícia. No segundo capítulo, apresentamos as mudanças sociais ocorridas na Modernidade que possibilitaram o surgimento do Movimento GLBT e as bases do preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, principalmente, na sociedade brasileira. A proposta é oferecer um

² Informações da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, entidade que organiza o evento. Disponível em: <<http://paradasp.org.br/modules/articles/article.php?id=6>> Acessado em: 15/05/2008.

referencial teórico que possibilite o entendimento dos marcadores sócio-culturais presentes na cobertura jornalística das Paradas.

2 A RELAÇÃO DA MÍDIA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A mídia pode ser definida como o conjunto de instituições ou organizações cujo objetivo principal é prover audiência através da disseminação de informação, entretenimento e/ou publicidade. Por esse motivo, os meios de comunicação de massa têm assumido um papel central de divulgação na sociedade moderna. Neste capítulo, tratamos da relação de interdependência entre a mídia e os movimentos sociais urbanos, que dependem, de forma considerável, da capacidade dos órgãos jornalísticos de ampliar a visibilidade no espaço público. Apresentamos também como se dá o processo de construção e espetacularização da notícia.

2.1 A mídia legitimando a cidadania

Citando Shaw, Gohn (2000) ressalta que, na década de 90, os meios de comunicação tomaram o lugar de instituições tradicionais na formação de opinião pública e na criação de conjunturas que acabam por definir os rumos dos partidos políticos, governos, sindicatos e até mesmo dos movimentos sociais que tiveram grande poder de pressão nos anos 70 e 80, e foram, em partes, suplantados pela mídia.

Ainda conforme Gohn, a mídia sempre teve um papel importante junto aos movimentos sociais ao dar visibilidade às reivindicações desses grupos. Mas nos anos 90, segundo ela, essa importância assume um papel estratégico e político.

A mídia tem o poder de construir ou de contribuir para a destruição de um movimento social. Por isto, nos anos 90, um dos componentes mais importantes de um movimento social são as representações simbólicas que ele constrói por intermédio da mídia ou que a mídia constrói sobre ele. (GOHN, 2000, p. 21-22).

Essas representações da mídia em relação aos movimentos sociais tendem a construir no imaginário popular a cultura política desses grupos, mescladas ao senso comum de cada época. Dessa forma, ter acesso aos meios de comunicação torna-

se um ponto central na agenda de estratégias de um movimento social. Gohn (2000) enfatiza que entender o papel da mídia junto a um movimento social significa entender um dos principais caminhos pelos quais as ações coletivas são construídas; significa também a possibilidade de compreender as motivações que levam os indivíduos a participarem ou não dos movimentos; e significa, ainda, poder captar o campo de força social de um movimento.

Essa influência da mídia tem alterado a prática interna dos movimentos sociais. O estilo de comunicação e o perfil dos líderes têm se transformado para se adequar às exigências do novo padrão tecnológico. Dentro do novo contexto sócio-político, criado pela globalização, a força e a expressividade de um movimento podem ser dadas mais pelas imagens e representações na mídia do que pelas conquistas, vitórias ou derrotas que acumulam.

Vive-se num tempo onde as fronteiras entre o local, o nacional e o internacional se enfraquecem de forma que, rapidamente, a ação de um movimento (ou contra movimento), em qualquer aldeia no meio da selva, poderá ser conhecida pelo mundo todo por intermédio de uma nota na Internet ou por uma notícia – manchete na televisão, do tipo da rede americana de televisão CNN, por exemplo. (GOHN, 2000, p. 23).

Gohn justifica essa teoria utilizando argumentos de Castells: “Ela [a mídia] modela nossa consciência e comportamentos, fornece bases para a construção de nossas representações, opiniões, sonhos, ódios e amores” (CASTELLS *apud* GOHN, 2000, p.25).

Figueiredo (2000) segue a mesma linha de raciocínio, reconhecendo a importância dos meios de comunicação na formação da opinião pública, mas fazendo ressalvas em relação a essa influência. Segundo ele, o poder de persuasão da mídia não é absoluto, uma vez que as mensagens emitidas pela imprensa são processadas seletivamente pelo público e confrontadas com outras fontes.

Sendo a influência da mídia filtrada pela seletividade na recepção e pelo confronto com outras fontes, então o poder dessa influência depende de dois fatores importantes: a credibilidade das diversas fontes de informação perante o público e o grau de competição entre as diversas fontes no mercado de informação. (FIGUEIREDO, 2000, p. 42).

Embora a mídia não seja a única fonte utilizada pelas pessoas na formação de suas opiniões políticas, os órgãos de comunicação estão à frente dos demais atores do mercado de informação política. Figueiredo (2000) aponta a mídia e os próprios políticos como os dois principais campos emissores de informação política. Eles competem pela audiência para as suas mensagens, mas os políticos ficam em desvantagens por terem uma menor credibilidade junto à sociedade³. Conclui-se, portanto, que a mídia não é a única fonte de conhecimento nas sociedades democráticas, mas tem mais influência na formação de opinião do que os demais atores do mercado de informação. “Quanto maior a credibilidade da fonte emissora de mensagens, maior a influência, pois a credibilidade na fonte orienta positivamente a seletividade na aquisição da informação e diminui a ansiedade do público na busca de outras fontes para o confronto” (FIGUEIREDO, 2000, p.43).

Vivemos o que Figueiredo (2000) denomina “democracia de audiência”, na qual a mídia assume papel central na condução do cenário político. As instituições chave na formação de opinião política que, no modelo democrático clássico, eram os parlamentos e os partidos políticos, atualmente, foram substituídas pela mídia.

A grande credibilidade da mídia tem duas conseqüências: torna os políticos mais dependentes dos meios de comunicação e isso, por conseguinte, amplia a liberdade de ação dos controladores da mídia. A sobrevivência dos líderes políticos e sociais, nos Estados democráticos contemporâneos, depende da capacidade de eles tornarem suas mensagens atrativas para os meios de comunicação.

É considerando esse poder de condicionamento da mídia que Cruz (2000) chama a atenção para a necessidade de os profissionais da comunicação estabelecerem debates éticos constantes sobre a atuação deles, principalmente, com o advento da globalização. O fato de uma informação poder ser acessada por diversas pessoas em diferentes lugares do mundo amplia ainda mais a capacidade da mídia de condicionar o imaginário popular.

³ O autor utiliza resultados de pesquisas que medem o índice de confiança em relação às diversas instituições que emitem informações políticas como evidência empírica para justificar essa teoria.

O jornalista tem responsabilidades sociais. O jornalista tem de atender ao lugar dos factos, onde as coisas acontecem. Tem de saber o que é transmitir o facto à sua comunidade e tem de saber também o que é o direito de nessa comunidade fazer gerar opinião sobre o facto que relatou. Precisa defender a liberdade, mas para isso precisa de uma acrescida responsabilização, de uma acrescida responsabilidade. E para tudo isso precisa de investir, e muito, no rigor da sua intervenção profissional. (CRUZ, 2000, p. 35).

Gohn (2000) lembra também que a mídia atinge seus objetivos através de estratégias de convencimento que apelam para as emoções das pessoas. Ela ressalta, ainda, que os meios de comunicação retratam os movimentos sociais de acordo com certos parâmetros político-ideológicos estabelecidos pela rede de relações a qual está articulada.

Os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, denotando um processo onde a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar este mesmo público. (GOHN, 2000, p. 23).

Partindo desse ponto de vista, a mídia cria e divulga utopias, segundo o paradigma estruturador das formas de elaboração da realidade atual, ou seja, o mercado. A instância econômica, segundo Gohn (2000), passa a ser o elemento configurador da visão de mundo das pessoas e não mais a política.

2.2 Critérios de noticiabilidade

Considerando o papel da mídia de legitimar a cidadania, é importante entender o processo de construção da notícia, ou seja, como os jornalistas definem o que é ou não notícia e como se dá o processo de construção da informação noticiosa.

Mauro Wolf (1999) define a noticiabilidade como o conjunto de elementos através dos quais os jornalistas definem se um fato é ou não notícia. Dentro desse processo de escolha dos fatos até a construção da notícia, Wolf (1999) destaca o papel dos *gatekeepers*, que são os indivíduos que decidem se deixam passar a informação ou se a bloqueiam. São os profissionais que têm o contato prévio com a informação nas

redações e fazem a primeira avaliação sobre as possibilidades de determinado acontecimento se transformar em notícia. Ele ressalta, no entanto, que as decisões do *gatekeeper* são tomadas, não apenas com base em critérios individuais e subjetivos, mas principalmente a partir de um conjunto de valores que incluem critérios profissionais e organizacionais, como eficiência, produção e rapidez. Wolf cita um estudo de Breed para explicar como se dá esse contexto profissional-organizativo-burocrático, que tem influência direta nas escolhas dos *gatekeepers*.

[...] analisando os mecanismos de manutenção da linha editorial e política dos jornais – confirma que essa linha, raramente, explicitada e discutida, é apreendida «por osmose» e é imposta, sobretudo, através do processo de seleção dos jornalistas no interior da redação. A principal fonte de expectativas, orientações e valores profissionais não é o público, mas o grupo de referência constituído pelos colegas ou pelos superiores. (WOLF, 1999, p. 182).

Os critérios de noticiabilidade ou valores/notícia, como prefere Wolf (1999), são as regras que os jornalistas utilizam para definir se determinado acontecimento é suficientemente interessante, significativo e relevante para ser transformado em notícia. Ele frisa que os valores/notícia são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção. Os critérios de noticiabilidade podem ser notados não apenas na escolha dos fatos pelos *gatekeepers*, mas também na construção da notícia em si e no processo de edição. “[os valores/notícia] funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público” (GOLDING; ELLIOTT *apud* WOLF, 1999, p.196).

Wolf divide os critérios de noticiabilidade em cinco: a) os *critérios substantivos* são aqueles referentes à importância e interesse da notícia. Segundo ele, uma notícia pode ser considerada interessante ou importante se atender a quatro variáveis: (1) Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, (2) Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, (3) Quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, (4) Possibilidade de o acontecimento ser relevante a longo prazo; b) os *critérios relativos ao produto* dizem respeito à disponibilidade de recursos materiais e às características específicas do produto informativo. Ou seja, um acontecimento pode não ser considerado notícia se não for acessível ao repórter ou se não houver recursos técnicos para cobri-lo; c) os *critérios relativos ao meio de*

comunicação referem-se aos recursos para apresentá-lo. No caso de um telejornal, por exemplo, se a qualidade da imagem não for boa, a matéria certamente deixará de ser exibida ou terá uma duração menor que as demais; d) os *critérios relativos ao público* partem da imagem que os jornalistas têm do público. São considerados noticiosos os fatos que permitem a identificação por parte do telespectador/ouvinte/leitor; as notícias-de-serviço, notícias ligeiras, que não oprimam ou deprimam o telespectador/ouvinte/leitor; e) os *critérios relativos à concorrência* também refletem sobre os valores/notícia, afinal os jornalistas passam a competir por matérias exclusivas ou ainda quando uma notícia é escolhida porque o jornalista acredita que outro órgão também irá publicá-la.

Ainda conforme Wolf (1999), os valores/notícia são influenciados pela agenda de notícias, ou seja, uma lista com os fatos previstos para acontecer em um determinado dia. Geralmente, são acontecimentos nas esferas judiciária, político-institucional e cultural. Dessa forma, os meios de comunicação dão como certa sua noticiabilidade e se organizam com antecedência para cobri-los.

Outro fator que acaba por determinar os critérios de noticiabilidade são as *routines* produtivas, isto é, a produção ininterrupta de notícias diante da escassez de meios e tempo nas redações para a produção da notícia.

A fase de recolha dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de se ter um fluxo constante e seguro de notícias, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido. Isso leva, naturalmente, a que se privilegie os canais de recolha e as fontes que melhor satisfazem essa exigência: as fontes institucionais e as agências. (WOLF, 1999, p. 220).

Partindo do pressuposto de que os meios de comunicação constituem o núcleo central da produção simbólica, Wolf (1999) faz uma reflexão sobre a influência dos critérios de noticiabilidade na imagem que a mídia transmite de determinados acontecimentos. De acordo com ele, os valores presentes nas redações e as rotinas produtivas determinam se uma informação é noticiosa ou não, marginalizam alguns aspectos dos fatos em favor de outros. Wolf (1999) chama esse processo de *distorção involuntária*. “As exigências organizativas e estruturais e as características técnico-expressivas próprias de cada meio de comunicação de massa são

elementos fundamentais para a determinação da reprodução da realidade social fornecida pelos *mass media*” (WOLF, 1999, p.185).

Considerando que os critérios de noticiabilidade não estão presentes apenas na escolha do que é notícia, mas em todo o processo de construção da narrativa jornalística, Wolf (1999) chama a atenção também para a fragmentação da informação. Segundo ele, o conjunto de fatores que determinam a noticiabilidade dos acontecimentos dificulta o aprofundamento e a compreensão de aspectos significativos dos fatos apresentados como notícia.

Aquilo que, geralmente, é transmitido ao público é a localização dos acontecimentos, os indivíduos que neles estão envolvidos e pormenores como as designações geográficas, os nomes das personagens públicas, de indústrias, etc. Com frequência, estes elementos ocupam, automaticamente, o primeiro lugar na memória dos destinatários, enquanto as causas e as conseqüências dos acontecimentos permanecem em fundo. O que daí resulta é uma memória fragmentada. (FINDHAL; HÖIJER *apud* WOLF, 1999, p. 192-193).

Outro critério de noticiabilidade, apontado por Tuchman (1999), que também merece atenção, é a objetividade. Uma matéria que não se aproxime ao máximo da objetividade, certamente, não passará pelos editores e não será publicada nos jornais tradicionais. Tuchman considera a objetividade, no entanto, um ritual estratégico dos jornalistas para evitar ou se defender de ataques internos e/ou externos às redações.

[...] cada notícia acarreta perigos para o corpo redactorial e para a organização jornalística. Cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento das suas tarefas diárias, afecta a sua reputação perante os seus superiores, e tem influência nos lucros da organização. Dado que o jornal é composto de muitas notícias, estes perigos são múltiplos e omnipresentes. Os jornalistas lutam contra estas pressões ao realçar a «objectividade», argumentando que os perigos podem ser minimizados se eles seguirem estratégias de trabalho que eles identifiquem com as notícias objectivas. (TUCHMAN, 1999, p. 78).

Tuchman (1999) aponta a verificação do fato pelos próprios jornalistas como a principal forma de se obter a objetividade. Segundo ele, é senso comum entre a categoria de que o jornalista deve encarar tudo como questionável e ir à fonte verificar tal acontecimento, antes de aceitá-lo como verdadeiro. No entanto, se a verificação não puder ser realizada, outras quatro estratégias podem ser adotadas

para conseguir uma matéria objetiva: a) apresentar versões diferentes de um mesmo acontecimento a fim de deixar o juízo de valor por conta do telespectador/ouvinte/leitor; b) apresentar provas complementares para fundamentar um fato; c) utilizar aspas para indicar que não é o repórter a dar uma versão dos acontecimentos; d) utilização do *lead*, ou seja, apresentar as informações mais importantes primeiro; e) separar as notícias das opiniões, através da utilização do rótulo artigos, análise, editorial etc.

Tuchman (1999) destaca, porém, que esses procedimentos são apenas uma tentativa de alcançar a objetividade. Segundo ele, cinco aspectos afetam a crença na objetividade: a) apresentar versões conflitantes não é suficiente para que o telespectador/ouvinte/leitor tire suas próprias conclusões em relação à notícia. Seria apenas um convite à percepção seletiva; b) os jornalistas insistem erroneamente na idéia de que os fatos falam por si só com a utilização de provas para fundamentar um fato; c) a utilização de aspas é uma forma de o jornalista passar sua opinião através da fala de outra pessoa; d) a linha editorial de cada órgão determina de certa forma a construção das matérias e o *lead*; dessa forma, a linha editorial determina também o que é mais importante na matéria; e) a separação das notícias dos textos opinativos é uma forma de iludir o leitor, sugerindo que não há juízo de valor nas matérias jornalísticas.

2.3 Espetacularização da notícia

Gomes (2004) trabalha a questão da espetacularização da notícia sob o recorte da política nas esferas dos poderes constitucionais, principalmente no processo eleitoral e nos escândalos envolvendo os atores do Executivo e Legislativo. Mas essa crítica sobre a construção do espetáculo pelos meios de comunicação pode ser ampliada para outros atores políticos, como líderes de movimentos sociais, se considerarmos a teoria de Dagnino (1994), de que a luta pela cidadania é uma estratégia política.

Gomes (2004) parte do pressuposto de que a política é encenada pelos seus atores, com o objetivo de alcançar a atenção da mídia a fim de obter visibilidade. É comum que o universo político se apresente na cena pública mediante uma grande variedade de enredos e personagens criados através de falas, cenários, protagonistas, peripécias etc. Segundo Gomes, os meios de comunicação de massa são o espaço no qual os atores políticos se apresentam à população.

[...] a representação é prática comum à arte política em qualquer época e que a única coisa que caracteriza particularmente a política contemporânea é o grande volume dos seus espetáculos e o fato de que a sua cena é constituída fundamentalmente pela comunicação de massa. (GOMES, 2004, p. 298).

De acordo com Gomes (2004), a política é encenada na esfera dos meios de comunicação de massa por dois fatores. O primeiro pelas mudanças ocorridas nas sociedades modernas que contribuíram para que as democracias dependessem cada vez mais dos meios de comunicação de massa. O segundo pelo modelo tradicional de relação entre política e comunicação de massa, no qual a mídia se oferece como mero instrumento através do qual os políticos alcançam as massas.

A indústria da comunicação de massa fez com que a mídia se adaptasse ao ritmo industrial de produção e veiculação de produtos informativos, de cultura e de entretenimento, tanto para consumo geral quanto para públicos especializados. “[...] para que o negócio todo dê certo, é preciso basicamente que os conteúdos oferecidos nos produtos da comunicação de massa sejam capazes de garantir a captura da audiência” (GOMES, 2004, p. 300).

Segundo Gomes, a forma pela qual a mídia captura a audiência é através do entretenimento. Isso explica porque a narrativa jornalística, especialmente a cobertura política, aproximou-se do entretenimento. “[...] tudo é preparado para agradar, divertir, chocar, impressionar, satisfazer. A lógica do entretenimento unifica os produtos da indústria do entretenimento e da informação” (GOMES, 2004, p.305).

Diante dessa premissa, o principal critério de decisão sobre o que é ou não notícia continua sendo a capacidade que uma informação tem de despertar o interesse do

público, ou seja, noticiável é, antes de tudo, o interessante. Outro critério de noticiabilidade que contribui para a espetacularização é o fato de a notícia ter que divertir.

[...] a informação contemporânea diverte. Antes de tudo, através do registro lúdico-estético: a sedução, a profusão de imagens, a beleza, o *show*, a facilidade. Por toda parte, principalmente na televisão, domina a imagem, banal ou essencial, não importa; o importante é a visualidade assegurada. (GOMES, 2004, p. 315).

Gomes (2004) chama a atenção também para o fato de, ao construir as notícias, os jornalistas criarem um segundo fato em relação ao primeiro que deu origem à notícia. “Começam a aparecer, por toda parte, fatos que não são mais apenas da ordem da realidade, são também da ordem da enunciação, uma espécie de fatos simbólicos, que existem apenas para significar e praticamente nada mais” (GOMES, 2004, p. 334).

Dessa forma, não só os jornalistas têm que produzir narrativas para chamar a atenção do telespectador/ouvinte/leitor, como o próprio ator político tem que produzir um fato que chame a atenção da mídia.

Há, a rigor, duas formas de produção de pequenas representações para o uso do jornalismo. Uma, controlada pelos produtores de informação, consiste em interpretar – escolhendo os ângulos e através de recursos de edição e montagem – de forma dramática de eventos acontecidos por relações fora do controle do mundo da comunicação. É uma dramatização por narração. A segunda forma é controlada pelos produtores de fatos destinados a se transformar em notícia e consiste em predispor de tal forma os elementos que constituem um evento de modo que este precise apenas dos “holofotes” da comunicação para acontecer. É uma dramatização por *mise en scène*, por encenação. (GOMES, 2004, p. 340).

Gomes (2004) ressalta que com discursos não se faz notícia, porque discursos não entretêm quem os assiste, ouve ou lê. Segundo ele, para se tornar notícia, os personagens do meio político devem produzir prazer, através de imagens, do extraordinário, do bizarro, do excepcional, do maravilhoso etc. “A política, então, programa os seus fatos visualmente para serem belos ou impactantes. [...] os fatos-notícias da política são, sobretudo, fatos-*shows*” (GOMES, 2004, p.339-340). Ainda conforme Gomes, cada vez existem menos fatos políticos que acontecem por conta própria, isto é, independentes da sua possibilidade de cobertura da mídia. Segundo

ele, há cada vez mais fatos-encenação e/ou fatos-notícias, planejados de acordo com estratégias poéticas precisas para serem irresistíveis para os produtores de notícias. Ou seja, atualmente, quase todos os fatos do campo político são programados para chamar a atenção dos jornalistas.

Gomes (2004) frisa que além de influenciar a atuação dos atores do cenário político, o jornalista, atualmente, ao transformar um fato em espetáculo – motivado pelas exigências da comunicação de massa – busca, simplesmente, a sedução do telespectador/ouvinte/leitor e não oferece os subsídios necessários para a compreensão dos fatos narrados.

3 IDENTIDADE, CIDADANIA E MOVIMENTO GLBT

Neste capítulo, traçamos um panorama histórico do Movimento GLBT e das Paradas do Orgulho Gay. Antes, porém, é necessário entender as mudanças sociais que possibilitaram o surgimento de identidades homossexuais, que posteriormente contribuíram para organização de um movimento social de luta pela livre orientação sexual. Isso ocorreu somente em meados do século XX, em reação ao preconceito e à marginalização de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Principalmente no Brasil, a base dessa discriminação estaria no processo de manutenção da ordem na Colônia. Iniciamos este capítulo tratando da questão da sexualidade.

3.1 A questão da sexualidade

Enquanto no reino animal as funções sexuais são determinadas fundamentalmente pelo instinto, a sexualidade humana é determinada, também, por padrões culturais. O ser humano nasce macho ou fêmea e a sociedade o rotula homem ou mulher. É importante ressaltar que os aspectos que determinam o ser masculino e feminino variam em diferentes culturas e se modificam substantivamente ao longo das gerações (MOTT, 1994).

Para Adelman (2000), além de a sexualidade ser uma construção histórico-cultural, ela é suscetível às formas de poder existentes num determinado período ou sociedade. Ou seja, o grupo dominante tende a marginalizar expressões sexuais minoritárias, com o objetivo de manter *ordem social*. A instituição social que teve grande influência na sexualidade das culturas ocidentais e, até hoje, de certa forma, determina a sexualidade dominante é a Igreja⁴.

⁴ Uso o termo Igreja de forma abrangente para designar todas as religiões de tronco judaico-cristão.

[...] o Ocidente tem um “investimento histórico” num tipo de sexualidade: aquela que permite a organização social a partir de um determinado tipo de família, baseada num casal heterossexual e monogâmico e que restringe ou privilegia a prática sexual orientada para a procriação. (ADELMAN, 2000, p. 164).

A cultura sexual das religiões abraâmicas tem como alicerces o tabu da nudez, o machismo, o patriarcado, a monogamia e a indissolubilidade do matrimônio como princípios da família nuclear, a noção de honra e a virgindade pré-nupcial como requisitos para as alianças matrimoniais (MOTT, 1994).

No Brasil, especificamente, um outro elemento contribuiu para a legitimação da heterossexualidade compulsória e da repressão à diversidade sexual: o processo de colonização. Não falo, aqui, da imposição do cristianismo pelos jesuítas, no Período Colonial, mas de um mecanismo de manutenção do poder, que perpassa a sexualidade. Somente homens hipervirís e ultraviolentos poderiam manter a ordem e respeito junto a uma grande massa de negros e índios. Com isso, qualquer conduta ou sentimento *feminino* poderia ameaçar a manutenção dessa sociedade estamental e oligárquica.

Abaixo do Equador, onde os brancos donos do poder representavam por volta de um quarto dos habitantes, somente a extrema violência e o autoritarismo conseguiam manter submissa toda aquela massa populacional de negros, índios e mestiços, infelizes seres humanos tratados a fogo e ferro pela minoria senhoril. (MOTT, 1994).

Não só no Brasil, mas em todos os países latino-americanos houve um embate entre a moral cristã e a liberdade sexual dos nativos e, posteriormente, dos escravos trazidos do continente africano. Um dos principais estudiosos do assunto, o antropólogo Luiz Mott, encontrou evidências da prática homoerótica na América Pré-Colombiana com base em três fontes: esculturas e cerâmicas representando cenas homoeróticas; mitos conservados na memória oral dos nativos ou registrados em manuscritos; e textos dos primeiros cronistas que relatavam à Metrópole os costumes dos habitantes nativos das Américas.

São diversas provas arqueológicas e documentais da prática do homoerotismo antes da chegada dos europeus. Recortando para a realidade brasileira, podemos citar os Tupinambá, que ocupavam a maior parte da costa. Nessas tribos, os índios “gays”

eram chamados de *tibira* e as “lésbicas” de *çacoimbeguirá*. Uma das diversas evidências documentais levantadas por Mott é o relato de um cronista português sobre a conduta das “índias lésbicas”:

Algumas índias há que não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça, perseverando sempre na companhia dos homens. E cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que é casada. E assim se comunicam e conservam como marido e mulher. (GANDAVO *apud* MOTT, 1994)⁵.

Até o início do século XIX, a Inquisição perseguiu não só os nativos, mas também os europeus homossexuais residentes na Colônia. Apesar da perseguição, Mott (1994) destaca que os europeus *gays* condenados ao degredo encontravam, no Brasil, um lugar propício para a prática do homoerotismo. Ainda conforme o antropólogo, não há relatos de homossexuais condenados pela Inquisição à morte na fogueira, no Brasil. O levantamento, feito por Luiz Mott, nas mais de quatro mil denúncias e nos 400 processos de sodomia arquivados na Torre do Tombo⁶, em Lisboa, aponta que 32 homossexuais (brasileiros e portugueses residentes no Brasil) foram processados, sendo 11 condenados a trabalhar como remeiros da corte por um determinado período ou perpetuamente, seis foram enviados para áreas remotas da Colônia ou para África. Há o registro, ainda, de dois homossexuais executados no Brasil colonial: um índio Tupinambá e um jovem escravo negro.

Com o fim da Inquisição portuguesa, os Tribunais do Santo Ofício foram extintos no Brasil em 1821, mas a tradição inquisitorial contra os homossexuais permaneceu na cultura brasileira. O espectro moralista permaneceu latente na sociedade, evidenciando-se ainda mais no Período Ditatorial, mesmo a sodomia tendo sido descriminalizada pelo Código Penal do Império do Brasil, assinado em 1830, por Dom Pedro I⁷.

⁵ Citação de Pero Magalhães Gandavo, extraída da obra *História da Província de Santa Cruz*. O livro, que data 1576, narra a conquista de Portugal na América, além de retratar as plantas, os indígenas e os animais da nova terra.

⁶ Arquivo central do Estado Português desde a Idade Média. Com mais de 600 anos, é uma das mais antigas instituições portuguesas ativas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_do_Tombo> Acessado em: 12/03/2008.

⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_dos_direitos_homossexuais> Acessado em: 13/03/2008.

Apesar da violência contra os homossexuais durante os regimes autoritários, Foucault (1997) considera o século XX um momento importante de ruptura para a história da sexualidade. Nesse momento, os mecanismos de repressão sexual começam a se afrouxar. Passa a haver uma maior tolerância às relações extra-matrimoniais, a sodomia já não é mais considerada crime e a difusão e consolidação da Psicanálise contribuiu para um melhor entendimento da sexualidade.

A Teoria Psicanalítica defende que as diversas possibilidades de expressão sexual se chocam constantemente com os limites impostos pelas formas institucionalizadas de prática sexual. A família monogâmica patriarcal é um exemplo claro de instituição que impõe limites à sexualidade.

A Psicanálise, no entanto, surgiu como uma forma de identificar as causas da homossexualidade e *tratá-la*. Houve, na segunda metade do século XIX, um projeto de higiene social dirigido ao controle e à regulação da vida das massas urbanas. Mas, é nesse momento que os indivíduos começam a se identificar enquanto homossexuais.

[...] a “proliferação de discursos” vinculou-se num primeiro momento aos movimentos de higiene social, através dos quais os novos grupos profissionais de classe média não só “trabalhavam a serviço” de uma classe dominante preocupada com o controle das massas urbanas, senão que se guiavam por seus próprios interesses profissionais na criação – e gerenciamento – de novos saberes. Mas as preocupações de tais grupos refletiam ao mesmo tempo as novas condições de vida dos grandes centros urbanos, onde a expansão do mercado de trabalho e consumo e as mudanças na ordem de gênero *criaram* novas lutas políticas. (ADELMAN, 2000, p. 166).

Esse discurso em relação à homossexualidade permitiu que o indivíduo *gay* se identificasse enquanto tal, criando um cenário propício para a política sexual. A organização de movimentos homossexuais se dá apenas na segunda metade do século XX, mas como explica Adelman (2000), a possibilidade de novas formas de identificação sexual causou a reação de alguns seguimentos da sociedade que se viam ameaçados pelos *transgressores*. Ainda sofrendo com uma repressão direta e indireta é que os homossexuais começam a se organizar e lutar contra o preconceito e pela inclusão de fato na sociedade.

3.2 O processo de construção identitária

O início do processo de construção das identidades homossexuais remonta à segunda metade do século XX. Nesse período, de acordo com Hall (2001), a humanidade acompanhou o surgimento de múltiplas formas de identificação. A chamada *crise de identidade* teve papel fundamental na organização de movimentos de luta pela diversidade sexual.

De maneira abrangente, identidade pode ser entendida como a fonte de significado e experiência de um povo e, ainda, o processo de construção de significado com base em um conjunto de valores culturais (CASTELLS, 2000).

Nesse primeiro momento, é necessário, no entanto, estabelecer a diferença entre identidade e o papel social de um indivíduo. Esses papéis, de acordo com Castells (2000), são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. Por exemplo, ser trabalhador, pai, vizinho, militante, sindicalista, jogador de futebol, membro de uma determinada igreja etc. são papéis sociais. As identidades, ao contrário, constituem fontes de significado para os próprios indivíduos, criadas por eles, e construídas por meio de um processo de individualização. “[...] identidades são fontes mais importantes de significados do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolvem. [...] identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (CASTELLS, 2001, p.23).

Conforme Silva (2006), os processos de socialização são fundamentais na produção de identidade, porque possibilitam ao indivíduo reconhecer-se e ser reconhecido desde a infância até o fim da vida, permitindo ainda transformar-se, ressignificar-se, metamorfosear-se, reconstruir permanentemente seu Eu, mediante processos de interação e de reconhecimento inter-subjetivo, de memorização e rememoração.

[...] no processo de construção identitária, é fundamental o retorno, dado pelo outro ao sujeito, pois este retorno é reconhecimento deste sujeito, no âmbito coletivo, e reconhecimento da coletividade por este. Em condições normais, grupos de pertencimento possibilitam ao sujeito situar-se em um sistema de relações e manter sua unidade pessoal. (SILVA, 2006, p. 422).

Além dos diversos processos de socialização que permitem ao indivíduo reconhecer-se e ser reconhecido num grupo, Silva aponta outro fator que contribui para a construção de múltiplas identidades. Segundo ele, quando o indivíduo alcança uma certa maturidade no plano identitário, ele torna-se capaz de produzir novas identidades. “A identidade adulta é, portanto, a capacidade de produzir novas identidades, interagindo passado e presente, além dos múltiplos elementos do presente, na unidade e na continuidade de uma história individual” (MELUCCI *apud* SILVA, 2006, p.423).

É necessário citar três momentos distintos da história da humanidade que contribuíram para essa “crise de identidade”. A partir do século XIV, o mundo inicia um processo de ruptura com antigos padrões de relação entre o indivíduo e o coletivo, com o surgimento do Renascimento. Nesse momento histórico, de transição do Feudalismo para o Capitalismo, o homem é colocado no centro da sociedade. O Renascimento é caracterizado pelo Antropocentrismo, Hedonismo, Racionalismo, Otimismo e Individualismo.⁸

Já a Modernidade, que tem sua consolidação no período da Revolução Industrial, acenou com outros panoramas da relação Eu-Mundo, acirrando a presença da técnica e da ciência, em quase todas as esferas da vida social.

No século XX, à semelhança do período do Renascimento, também se verifica um processo de continuidades e discontinuidades, que acenam para importantes mudanças nas formas de organização da vida social e individual (SILVA, 2006). Na Pós-modernidade ou Hipermodernidade⁹ o que se denotou foram as concepções

⁸ Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>> Acessado em: 11/03/2008

⁹ Termo criado pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky para designar a sociedade contemporânea. O prefixo *hiper* faz referência ao exagero, ao excesso, à exacerbação dos valores criados na Modernidade. A Hipermodernidade é caracterizada pela cultura do excesso, ou seja, todas as coisas se tornam intensas e urgentes. O movimento é uma constante e as mudanças ocorrem em um ritmo quase esquizofrênico determinando um tempo marcado pelo efêmero. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Hipermodernidade>> Acessado em: 11/03/2008

que buscam compreender a história como um movimento de rupturas, ou ainda, as ações coletivas como constituintes do processo de desenvolvimento social.

O indivíduo pós-moderno, que até então era visto como um sujeito unificado, fragmentou-se, passando a conviver não com apenas uma, mas várias identidades, algumas até contraditórias. O declínio das velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, contribuiu também para o surgimento de novas formas de identificação. No entanto, esse processo não pode ser entendido como um colapso: “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER *apud* HALL, 2001, p.9).

É errôneo, portanto, considerar a existência de uma identidade plenamente unificada a partir da modernidade tardia¹⁰. A identidade do sujeito pós-moderno é uma *celebração móvel*, formada e transformada continuamente pelos sistemas culturais que a rodeiam. “[a identidade] É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2001, p.13).

Hall (2001) aponta a globalização como fator principal para a ruptura dos velhos padrões de identificação. Ao contrário das sociedades tradicionais, as sociedades modernas e conseqüentemente globalizadas possuem como característica básica um processo de mudança constante, rápido e permanente: “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS *apud* HALL, 2001, p.15). Ao mesmo tempo em que a globalização estimula uma homogeneização cultural, por meio do mercado global de estilos, lugares e imagens, ela excita também a diferença, através da mercantilização da etnia e da diversidade. “Há, justamente com o impacto ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de ‘nichos’ de mercado), na verdade, explora a diferenciação local” (HALL, 2001, p.77, grifo do autor). Dessa forma, a globalização produz simultaneamente novas

¹⁰ Termo utilizado por Hall para definir o período posterior à modernidade, ou seja, o que alguns pensadores definem como Pós-modernidade ou Hipermodernidade.

identificações globais e locais. No entanto, esse processo é mais amplo e significativo no centro do sistema global do que na periferia.

O autor destaca, ainda, o poder da globalização de contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional: “ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mas plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas.” (HALL, 2001, p.87)

Silva (2006) chama a atenção para o que alguns autores definem como identidade social e outros como identidade coletiva. Ao contrário da identidade individual, a coletiva ou social traz consigo o sentido de *nós*, de pertencimento a um ou mais grupos, evidenciando sua dimensão social. A identidade social é formada com base na produção cultural de uma sociedade. O sujeito já nasce com algumas formas de identificação social pré-estabelecidas, como raça, gênero, sexo, nacionalidade, classe social etc. Essas classificações são entendidas por Tajfel (1983) como categorias sociais, cujas significações foram estabelecidas e atribuídas pela cultura na qual o sujeito nasce. Assim, a identidade social se dá social e culturalmente, sendo grupo e cultura elementos de formação identitária.

Ainda de acordo com Tajfel (1983), o fator emocional tem grande destaque nas condutas sociais dos indivíduos. Segundo o autor, a emoção influencia de forma negativa e positiva o processo de auto-reconhecimento do sujeito. Outros autores, que seguem a mesma linha de raciocínio, definem a identidade social como o *sentido do Eu* ou como *conceito de si*. Em outras palavras, o sujeito identifica-se com um determinado grupo social ao ver-se envolvido emocionalmente com ele. Isso explica os mecanismos de reforço grupal e de suporte coletivo, que são intensificados toda a vez que o grupo ao qual o indivíduo pertence é ameaçado por outro grupo. Na mesma linha de pensamento Castells afirma que “[...] quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (CASTELLS, 2000, p. 23).

Levando em conta os argumentos citados anteriormente, podemos concluir que os sujeitos nascem com identidades individuais pré-estabelecidas e ao atingir a maturidade identitária podem ressignificar esses conceitos em função de tendências sociais, motivadas principalmente pela emoção. Castells (2000) classifica três formas e origens de construção da identidade: a) a *identidade legitimadora*, que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos indivíduos; b) a *identidade de resistência*, que é criada pelos indivíduos que se encontram em posições desvalorizadas na teia social; c) a *identidade de projeto*, que surge quando os indivíduos, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Assim como o Feminismo, o Movimento GLBT surge como uma resistência e posteriormente transforma-se em um projeto ao lutar contra toda uma estrutura patriarcal que perpassava as relações familiares.

3.3 Uma nova noção de cidadania

À medida que as novas formas de identificação foram se solidificando dentro da sociedade, esses sujeitos começaram a se organizar a fim de lutar por sua inclusão social. É nesse momento, a partir da década de 80, que, de acordo com Evelina Dagnino (1994), emerge uma nova noção de cidadania. De acordo com a cientista política, esse conceito de cidadania está ligado à experiência dos movimentos sociais, tanto os do tipo urbano quanto os que lutam pela inclusão das chamadas minorias, como negros e homossexuais. “Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constitui a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania” (DAGNINO, 1994, p.104).

Dagnino destaca ainda que o processo de construção e difusão da cultura democrática também contribuiu para o surgimento dessa nova noção de cidadania.

É visível em diversas sociedades o autoritarismo social, uma espécie de sistema de classificação que subdivide a população em categorias. A separação das pessoas em determinados lugares sociais é reflexo de uma cultura autoritária de exclusão que reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis.

Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que pervade a casa e a rua, a sociedade e o Estado. É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar de mulher, cada macaco no seu galho etc. etc. (DAGNINO, 1994, p. 104).

A eliminação do autoritarismo social é fundamental para a efetiva democratização da sociedade. Nesse sentido, a eliminação dos lugares sociais é forma de garantir cidadania a determinados setores da sociedade. De acordo com Dagnino, os movimentos sociais vinculados à nova noção de cidadania defendem que um Estado é realmente democrático quando o autoritarismo social e a hierarquização das relações sociais são menos visíveis ou inexistentes. Dessa forma, a cidadania pode ser entendida como uma estratégia política.

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política. (DAGNINO, 1994, p. 105).

A partir do momento em que os movimentos sociais lutam pela democratização não apenas no nível institucional formal, mas principalmente nas relações sociais, a cidadania redefine a idéia de direitos – o que Dagnino entende como o “direito a ter direitos”. Essa concepção não se limita, portanto, a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a inversão/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta.

O processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Um processo de aprendizado social, de construção de novas formas de relação, que inclui de um lado, evidentemente, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles. (DAGNINO, 1994, p. 109).

Outro aspecto levantado por Dagnino é que a nova noção de cidadania é capaz de incorporar tanto a noção de igualdade como a de diferença. Os movimentos sociais contemporâneos trabalham com a idéia de cada um é diferente, mas tem o mesmo direito do outro. Dessa forma o direito à diferença aprofunda e amplia o direito à igualdade. “A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação” (DAGNINO, 1994, p.114).

3.4 O Movimento GLBT e as Paradas do Orgulho Gay

Os primeiros movimentos organizados em defesa da livre orientação sexual surgiram no final da década de 60, nos Estados Unidos. Castells (2000) aponta como fator, principal, para essa reação a crise do modelo de família patriarcal, na qual o homem exercia total autoridade/dominação sobre os filhos e a esposa. A mola propulsora desse processo de falência é o movimento feminista.

A família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada neste fim de milênio pelos processos, inseparáveis, de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher. As forças propulsoras desses processos são o crescimento de uma economia informacional global, mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado, três tendências observadas a partir do final da década de 60. (CASTELLS, 2000, p. 170).

Já o ponto de partida do movimento pela livre orientação sexual nos Estados Unidos é a Revolta de *Stonewall*, ocorrida em 28 de junho de 1969, no *Greenwich Village*, um bairro de Nova York. Durante três dias, centenas de homossexuais lutaram

contra policiais em reação a uma incursão violenta no bar *gay The Stonewall Inn*. A partir de então, o movimento cresceu de forma considerável, principalmente nas regiões metropolitanas.

Mas apesar de Nova York e Los Angeles abrigarem as maiores comunidades *gays* dos Estados Unidos, Castells aponta a cidade de São Francisco como berço do que é conhecido atualmente como Movimento GLBT. Para conquistar visibilidade e proteção os *gays* de São Francisco formaram uma comunidade visível e politizada. Foram organizadas verdadeiras comunidades homossexuais dentro da cidade, criando os chamados espaços de liberdade, com uma vida social e cultural autônoma. “Com base nesse espaço, *gays* e lésbicas organizaram-se politicamente, chegando a exercer influência considerável no governo local, inclusive no recrutamento de *gays* e lésbicas para integrarem pelo menos 10% da força policial” (CASTELLS, 2000, p. 248).

No Brasil, no entanto, o início do ativismo *gay* ocorreu apenas no final da década de 70, período em que a ditadura militar começou a dar os primeiros sinais de enfraquecimento e foi iniciado o processo de abertura. De acordo com Silva (2006), as primeiras ações organizadas do que mais tarde viria a ser o Movimento GLBT foi a fundação do grupo Somos, em São Paulo, e do jornal Lampião, no Rio de Janeiro, no ano de 1978. Ao longo da década de 80, as entidades de luta pela livre orientação sexual ainda eram poucas e restritas às classes médias. A guinada para um movimento de massa, conforme Silva (2006), ocorre, no Brasil, somente em meados dos anos 90, graças a diversos movimentos vividos no interior da sociedade brasileira, como a emergência do conceito GLS (*Gays, Lésbicas e Simpatizantes*). Apesar de ter ampliado as fronteiras do gueto e possibilitado a emergência do Movimento GLBT, o termo GLS é passível de questionamentos. Conforme Silva (2006), o S pode ser lido como S de suspeito (a), por possibilitar que *gays* ou lésbicas se abrigassem sob essa conotação de simpatizantes. O termo simpatizante também trazia uma conotação de tolerância não-desejada, ou seja, “apesar de *gay* ou lésbica é meu amigo”.

[...] ao trabalhar com a idéia de Simpatizantes, estar-se-ia trazendo para dentro dos muros dos territórios do gueto, outros e outras não-destinatários (as) do mesmo. Entretanto, note-se, ocorreu outro fenômeno. Ao invés de GLS funcionar como um facilitador da integração e *normalização* do ato homoerótico, ele serviu, muito mais, como instrumento de invisibilização da homossexualidade. Com a emergência do S, inicial de simpatizante, processou-se exatamente o oposto daquilo que os grupos LGBT buscavam: a visibilidade e o orgulho de ser *gay*. O S passa, então a ser um escudo protetor contra a visibilidade, a exposição pública, funciona como uma nova espécie de '*armário seguro*', permitindo alguma exposição, sem comprometimento, permitindo maquiagem a real condição identitária dos sujeitos sem que, com isso, ele tenha que se exilar nos subterrâneos do controle social. (SILVA, 2006, p. 270).

A primeira manifestação do orgulho *gay*, no Brasil, ocorreu, no dia 28 de junho de 1996, na Praça Roosevelt, na capital paulista. Cerca de 200 pessoas foram às ruas em memória do ocorrido no bar *Stonewall*, em Nova York. Essa mobilização, considerada o marco zero das Paradas do Orgulho Gay no país, resultou dos esforços de militantes de grupos como o Etc. & Tal e o Centro Acadêmico de Estudos sobre a Homossexualidade, da Universidade de São Paulo (CAEHUSP). De acordo com Silva (2006), essa Parada se difere das atuais devido ao forte caráter político. No entanto, ele destaca que a dicotomia entre festa e política já se fazia presente através da atuação da *drag queen* Silvetty Montilla.

A partir da manifestação na Praça Roosevelt, iniciou-se um processo de reuniões e organização daquela que seria a primeira Parada do Orgulho Gay de São Paulo, ocorrida já no ano seguinte. Em fevereiro de 1997, a realização do IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis e o II Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que Trabalham com Aids contribuíram para que a militância pudesse organizar a Parada. A organização da primeira Parada do Orgulho Gay que se tem registro no Brasil reuniu diversas entidades ligadas ou não ao Movimento GLBT, como o sindicato das costureiras que cedeu uma Kombi com equipamento de som e a então deputada federal Marta Suplicy que doou uma bandeira do arco-íris de 50 metros.

No mesmo ano, era criada a primeira entidade representativa do Movimento GLBT em Belo Horizonte. A Associação Mineira de Gays, Lésbicas e Simpatizantes de

Minas Gerais (GLS-MG)¹¹ surgiu devido à necessidade institucional de uma entidade que pudesse organizar na cidade o III Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). As reuniões iniciais foram realizadas em sedes de sindicatos e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). No início, a maior parte dos integrantes era composta por homens. À medida que foram surgindo as primeiras mulheres, elas suspenderam a participação no GLS-MG para a organização do SENALE. A mobilização de mais mulheres em torno da questão após a realização do seminário levou à fundação da Associação de Lésbicas de Minas (ALEM). Em 1998, a ALEM organizou a I Parada do Orgulho Gay de Belo Horizonte. Ao longo dos seis anos seguintes, as paradas foram organizadas pela ALEM. Em 2005, o evento passou a ser coordenado pelo Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS-MG) – entidade formada por representantes dos vários grupos de luta pela livre orientação sexual em Minas. (MACHADO; PRADO, 2007).

As Paradas do Orgulho Gay, de acordo com Silva (2006), são uma estratégia coletiva para dar visibilidade política e social aos homossexuais.

A parada [...] viabiliza o fortalecimento do indivíduo e de sua identidade autônoma, sua emancipação, mediante a possibilidade do exercício de uma cidadania ativa e da participação política, de forma autônoma, mas coletiva, desenvolvendo sua consciência política ao mesmo tempo em que atua na construção de uma consciência coletiva compartilhada pelos seus pares. [...] Ao exercer sua cidadania ativa, este sujeito deixa de ser apenas alguém que deveria ter direitos, que não lhe são reconhecidos por quem deveria fazê-lo e passar a *forçar* a sociedade, o poder público, os legisladores etc., a reconhecê-los no campo legal, a planejar políticas públicas e/ou aprimorar as políticas já existentes. E essas mudanças dependem da participação de pessoas, de fazer-se visível. Como já dizia o ditado, 'quem não é visto não é lembrado'. (SILVA, 2006, p. 274-275).

¹¹ Anos depois, esse grupo passou a se chamar Triângulo Rosa e depois veio a constituir o grupo GURI, que milita ainda hoje em Belo Horizonte.

4 O MOVIMENTO GLBT NA MÍDIA

A primeira, a segunda e a terceira edições da Parada Gay de Belo Horizonte não tiveram a cobertura do jornal *Estado de Minas*. A primeira referência sobre a passeata foi feita no dia nove de julho de 2001. O periódico trouxe uma matéria de uma página sobre a IV Parada do Orgulho Gay, que reuniu, de acordo com a Polícia Militar, cerca de cinco mil pessoas. O texto fez referência aos eventos anteriores, que não tiveram a cobertura do jornal:

Para quem amargou anos de repressão, como em 1998, quando apenas 50 homossexuais participaram da 1ª Marcha organizada em Belo Horizonte, sendo seguida por um grupo de 100, em 99, e de 300, em 2000, o desfile de ontem foi um sucesso.¹²

Após a coleta das reportagens referentes ao evento, publicadas em 09 de julho 2001, 08 de julho de 2002, 07 de julho de 2003, 12 de julho de 2004, 11 de julho de 2005, 17 de julho de 2006 e 23 de julho de 2007, foi feita uma categorização dos personagens contidos nas fotografias e no texto. Com os dados em mãos, foi iniciado o processo de análise, que levou em consideração critérios como a especificidade dos personagens e os possíveis estereótipos que eles viriam a sustentar.

4.1 Espetáculo visual: personagens das fotografias

Num primeiro momento, dois aspectos chamam a atenção nos personagens contidos nas fotografias: (1) a presença, em praticamente todas as matérias, de fotos da multidão e de homossexuais travestidos e (2) a ausência de fotos de homossexuais não travestidos e não acompanhados por namorados(as).

Quase todas as matérias publicadas no jornal *Estado de Minas*, ao longo de sete anos, trouxeram fotografias de travestis e *drag queens*, excluindo-se apenas a

¹² Festa em tom de protesto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jul. 2001. Caderno Gerais, p.21.

reportagem sobre a X Parada do Orgulho Gay de Belo Horizonte. De um total de 21 fotografias, oito são de homossexuais travestidos ou fantasiados (FIG. 1). A presença constante da imagem de travestis e *drag queens* remete a uma das principais discussões do jornalismo: a espetacularização da notícia.



Figura 1 – 38% dos personagens são travestis ou *drag queens*.

Fonte: a) *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 jul. 2003. Caderno Gerais, p.20.

b) *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 2005. Caderno Gerais, p.22.

Questiona-se o fato de os jornalistas se apropriarem do espetáculo produzido por atores políticos como forma de atrair a atenção do leitor. Para Gomes (2004) tanto a indústria do entretenimento quanto da informação utiliza a diversão para capturar audiência. Partindo desse ponto de vista, um acontecimento é considerado notícia pela capacidade que ele tem de despertar o interesse do público, ou seja, noticiável é, antes de tudo, o interessante. Outro critério de noticiabilidade que contribui para a espetacularização é a necessidade de a notícia ter que divertir.

[...] a informação contemporânea diverte. Antes de tudo, através do registro lúdico-estético: a sedução, a profusão de imagens, a beleza, o *show*, a facilidade. Por toda parte, principalmente na televisão, domina a imagem, banal ou essencial, não importa; o importante é a visualidade assegurada (GOMES, 2004, p.315).

Isso explicaria porque o exotismo e a irreverência dos travestis e *drag queens* chamam tanto a atenção das lentes. A mídia, no entanto, não pode ser entendida

como vilã ao se apropriar do espetáculo para atrair a atenção do leitor. Devemos lembrar que o espetáculo, de certa forma, foi criado para chamar a atenção dos repórteres. Trata-se de um movimento circular, no qual a mídia e o movimento social dependem um do outro. De acordo com Gohn (2000), essa interdependência intensificou-se a partir da década de 90. Nesse período, segundo a autora, o estilo de comunicação e o perfil dos militantes de diversos movimentos sociais se adequaram às exigências da mídia. Dentro do novo contexto sócio-político, criado pela globalização, a força e a expressividade de um movimento podem ser dadas mais pelas imagens e representações na mídia do que pelas conquistas, vitórias ou derrotas que acumulam.

Vivemos o que Figueiredo (2000) denomina “democracia de audiência”, na qual a mídia assume papel central na condução do cenário político. As instituições chave na formação de opinião política que, no modelo democrático clássico, eram os parlamentos e os partidos políticos, atualmente, foram, em grande parte, substituídas pela mídia. A sobrevivência dos líderes políticos e sociais, nos Estados democráticos contemporâneos, depende da capacidade de eles tornarem suas mensagens atrativas para os meios de comunicação.

É considerando esse poder de condicionamento da mídia que Gohn (2000) chama a atenção que a mídia atinge seus objetivos através de estratégias de convencimento que apelam para as emoções das pessoas. Ela ressalta, ainda, que os meios de comunicação retratam os movimentos sociais de acordo com certos parâmetros político-ideológicos estabelecidos pela rede de relações à qual está articulada.

Os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, denotando um processo onde a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar este mesmo público. (GOHN, 2000, p. 23).

Outra presença constante na cobertura da Parada do Orgulho Gay de Belo Horizonte, que também chama atenção pelo aspecto espetacularizado, são fotos da multidão – cerca de 33% do total (FIG. 2). Apenas a reportagem da VI Parada não traz a *tradicional* foto da bandeira do arco-íris sendo carregada por milhares de pessoas. Vemos aqui o jornalismo como uma espécie de recorte do momento

histórico-cultural em que ele está inserido. A cobertura jornalística tende a representar os homossexuais enquanto uma massa, porque os próprios *gays* se negam a mostrar-se devido ao preconceito latente na sociedade brasileira. O repórter Helvécio Carlos, que assina a matéria sobre a V Parada do Orgulho Gay, cita, no texto, a dificuldade em encontrar homossexuais dispostos a conceder entrevistas ou ser fotografados.

E o curioso é que o anonimato parece ser a palavra de ordem de boa parte dos que acompanhavam a marcha. Câmeras fotográficas e de vídeo não são bem-vindas entre alguns grupinhos. Entrevistas, raramente. A exceção fica para as *drag queens*, que não podem ver o flash que estão lá, todas alegres e felizes fazendo caras e bocas. É a diversão na Parada Gay.¹³

Tomando as fotos da multidão como referência especula-se que pouco mudou desde a primeira manifestação pública do Movimento GLBT, em 1968, nos Estados Unidos. Uma das principais lideranças do movimento, em São Francisco, na época, Harry Brit, afirmava que quando os homossexuais estão dispersos são invisíveis. Segundo ele, o ato fundamental da libertação dos *gays* é expressar publicamente sua identidade e sexualidade para que depois ocorra a ressocialização (CASTELLS, 2000).



Figura 2 – Fotos da multidão representam 33% na cobertura da Parada Gay de Belo Horizonte.

Fonte: a) *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 2005. Caderno Gerais, p.22.

b) *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jul. 2004. Caderno Gerais, p.22.

¹³ Cheios de orgulho e esperança. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 jul. 2002. Caderno Gerais, p.16.

Além de representar 33% do total, as fotos da multidão são as principais em todas as matérias. Na matéria sobre a IV Parada do Orgulho Gay de Belo Horizonte, chama a atenção a diferença do espaço concedido aos líderes do Movimento GLBT em relação à *massa* (FIG. 3).



Figura 3 – Diferença de espaço concedido aos líderes do Movimento GLBT em relação à multidão.

Fonte: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jul. 2001. Caderno Gerais, p.21.

Em duas reportagens, há fotos de homossexuais não travestidos, mas, por outro lado, eles estão acompanhados por namorados(as) (FIG. 4). Voltamos à questão do jornalismo enquanto recorte da realidade em que ele é construído. Se na sociedade brasileira ainda existe uma discriminação velada contra os homossexuais, uma das formas que eles teriam de se inserir socialmente seria através da adequação à imagem heterossexual. Considerando que o modelo de família patriarcal por muito tempo normatizou a sociedade, ter um relacionamento monogâmico é uma das melhores formas de os homossexuais serem mais bem aceitos na sociedade contemporânea. Ironicamente, apesar de a crise da família patriarcal ser o ponto de

partida do surgimento do Movimento GLBT, esse modelo é objeto de desejo pelos homossexuais. “O que começou como um movimento de liberação sexual completou sua cadeia evolutiva e agora persegue a família patriarcal como uma praga, atacando suas raízes heterossexuais e subvertendo sua exclusividade sobre os valores familiares” (CASTELLS, 2000, p.255).



Figura 4 – Os únicos personagens não travestidos ou fantasiados são casais.
 Fonte: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 7 jul. 2003. Caderno Gerais, p.20.

Existiriam, portanto, três formas de o homossexual se fazer visível para mídia: (1) através do espetáculo, (2) da massificação ou (3) adequando-se à imagem heterossexual.

Ao fazermos uma análise das reportagens ao longo dos anos, nota-se que o número de personagens apresentados nas fotografias foi diminuindo e se restringindo a fotografias de travestis, *drag queens* e da massa. Concomitantemente, as paradas foram crescendo consideravelmente em número de participantes. O quantitativo tornou-se um dos principais fatores a colocar a Parada na mídia. A primeira cobertura trazia fotos dos líderes do Movimento GLBT, em Belo Horizonte, já a matéria sobre a X Parada Gay de Belo Horizonte trouxe apenas uma foto da multidão (FIG. 5). O que denota que a marcha chamava a atenção dos jornalistas pelo caráter político, que foi sendo deixado de lado pela quantidade de participantes. Dentro dos critérios de noticiabilidade, a quantidade de participantes passou a ser mais importante que a reivindicação do movimento. Isso fica explícito também se compararmos as manchetes da reportagem sobre a Parada de 2001, *Festa em tom de protesto*, e de 2007, *60 mil na avenida*.



Figura 5 – Única fotografia da reportagem sobre a X Parada Gay de Belo Horizonte. A manchete, também, chama a atenção para a questão do quantitativo.

Fonte: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jul. 2007. Caderno Gerais, p.24.

4.2 Anonimato e discurso político: personagens do texto

Ao contrário das fotografias, o texto possui uma maior diversidade de personagens – 52 ao todo. Desse montante, cerca de 10% são lésbicas contra aproximadamente 30% de *gays* – incluímos aqui os travestis e *drag queens* para propor uma reflexão sobre a invisibilidade lésbica dentro do próprio Movimento GLBT. “Para os dois grupos [*gay* e lésbico], vir a público tornou-se uma meta fundamental para ter acesso à vida social. [...] Gays tiveram de lutar contra o estigma da anormalidade, lésbicas contra a invisibilidade” (CASTELLS, 2000, p. 246). É interessante lembrar que algumas entidades reivindicam a mudança da ordem das letras da sigla GLBT para LGBT como forma de romper com os resquícios do modelo patriarcal que ainda normatizam a sociedade contemporânea.

Quando analisamos os personagens do discurso jornalístico, há que se pensar, também, na atração dos profissionais da comunicação pelos fatos-*show*. A maioria dos personagens *gays* citados nas reportagens estava fantasiada ou era travesti. Esse aspecto, na maioria das vezes, é apresentado com detalhes para os leitores:

“Cada ano, faço uma produção diferente. Hoje estou de loira como uma *Barbie*. As pessoas precisam ver que o gay, o travesti, não devem ser associados à promiscuidade, mas cidadãos normais que encaram a vida com maior brilho”, define o travesti Lorna Bascalli. Gerráh Corrêa Soares escolheu a Parada do Orgulho Homossexual para defender o casamento entre pessoas do mesmo sexo. **“Todo ano uso o vestido de noiva pois é o sonho de todo homossexual. Na Parada as pessoas entendem, na Banda Mole¹⁴ vira muita palhaçada e eles acabam estragando uma roupa tão chique como essa”**, conta (grifo nosso).¹⁵

Notamos, também, que em meio a uma multidão de homossexuais, os jornalistas preferem entrevistar e, posteriormente, publicar as falas daqueles que têm um caráter político. No trecho em destaque, vemos exemplificada a afirmação de Gomes (2004) de que atualmente existem poucos fatos políticos que acontecem por conta própria. Segundo ele, há cada vez mais fatos-encenação e/ou fatos-notícias, planejados de acordo com estratégias poéticas precisas para serem irresistíveis para os produtores da notícia. Outro exemplo pode ser encontrado na matéria sobre a VIII Parada do Orgulho Gay de Belo Horizonte:

O auxiliar administrativo Evandro Vale, de 31, foi para a avenida fantasiado de “rainha do cowboy”, exibindo uma faixa no pescoço com o número 14.170. O número é de uma lei sancionada pelo Estado em 2002 e condena práticas discriminatórias em locais públicos e estabelecimentos comerciais.¹⁶

A possibilidade do anonimato faz com que haja, no texto, o relato de homossexuais, que talvez se negassem a ser fotografados. A não identificação pode ser (1) *total* “[...] dizia um casal de namorados gays, que, mesmo abraçadinhos e trocando beijos, preferia não se identificar”¹⁷ ou (2) *parcial*, através da utilização apenas do primeiro nome, “A locutora de rádio Rejane, de 20, e Rosana, de 23, tiveram liberdade para trocar carícias e beijos durante a festa [...]”.¹⁸

Uma presença praticamente inexistente nas fotografias e considerável no texto é de personagens simpatizantes do Movimento GLBT – aproximadamente 21%. Desse montante, cinco são mulheres, cinco são crianças e um é homem. Em uma das

¹⁴ Desfile tradicional, em Belo Horizonte, que ocorre, anualmente, um final de semana antes do Carnaval. O que era um pequeno bloco caricato de homens vestidos de mulher, ao longo dos anos, passou a atrair travestis e *drag queens*, que se transformaram na principal atração do evento.

¹⁵ Parada da alegria. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jul. 2004. Caderno Gerais, p.22.

¹⁶ Festa contra o preconceito. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 2005. Caderno Gerais, p.22.

¹⁷ Cheios de orgulho e esperança. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 jul. 2002. Caderno Gerais, p.16.

¹⁸ Festa contra o preconceito. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 2005. Caderno Gerais, p.22.

matérias o repórter tenta mostrar as diferentes opiniões dos heterossexuais em relação ao evento.

Das janelas de alguns prédios, famílias acenavam para a turma nas ruas e avenidas. Nas mesas espalhadas pelos bares da rua da Bahia, manifestações diferentes. “Eles são divertidos”, resumiu Maria Eleonor Rocha, de 35 anos, acompanhada do namorado Rodrigo Chaves, de 36. “É preciso pensar na parada não como uma manifestação popular como a Banda Mole. Aqui eles se reúnem e querem promover a discussão de um tema tão importante, que é a necessidade de convivência com as diferenças.”, **analisou a dona de casa Marisa do Amparo, uma das poucas que entraram no espírito do encontro** (grifo nosso).¹⁹

Não há, em nenhuma das matérias, falas de homens heterossexuais. O único personagem simpatizante masculino é apenas citado, como pode ser notado no fragmento acima. Já o trecho grifado chama atenção pelo papel que o repórter assumiu diante da passeata. Ao dizer que a dona-de-casa que considera a Parada um evento político foi “uma das poucas que entraram no espírito do encontro”, ele expressa a própria opinião. Tuchman (1999) alerta para essa armadilha do discurso jornalístico. Segundo ele, os profissionais da comunicação tentam a todo custo se afastar ideologicamente dos acontecimentos, através da chamada *objetividade*. Segundo ele, uma das principais formas de se alcançar a objetividade é através da utilização de aspas, mas o que ocorre é que o jornalista acaba transmitindo a sua própria opinião através da fala de outra pessoa.

A Parada do Orgulho Gay é um evento complexo. Ao mesmo tempo em que dá visibilidade social e política a um grupo que é extremamente diverso e, portanto, ideologicamente heterogêneo, é também um momento de comemoração das conquistas do Movimento GLBT e da possibilidade de expressar a sexualidade num espaço público. Além de não caber ao repórter o lugar de conhecedor da real motivação da marcha, foi parcial o posicionamento, mesmo que ele tenha sido implícito.

Em outras matérias, são questionáveis alguns termos utilizados pelo repórter ao se referir à presença de heterossexuais na Parada. **“Crianças e casais**

¹⁹ Cheios de orgulho e esperança. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 jul. 2002. Caderno Gerais, p.16.

heterossexuais também entraram na festa, em meio a alguns transformistas com exuberantes fantasias”.²⁰

A parada contou com a participação **também** de heterossexuais **que foram até a Afonso Pena simplesmente para se divertir**. “Acho uma graça tanta alegoria junta. Alguns fazem produções bastante engraçadas. Minha filha se diverte e apreende a não ter preconceito”, conta a simpatizante Fabiana Amélia Reis com a filha Maria Inês, de quatro anos (grifo nosso).²¹

Os termos grifados deixam implícita uma conotação de espanto pela presença de heterossexuais na Parada. É como se o repórter quisesse dizer: “havia até heterossexuais se divertindo em meio a uma multidão de homossexuais”. Em outro caso, o repórter se apropria do espanto do próprio personagem.

Um grupo de turistas, que chegava de Santa Catarina para conhecer as cidades históricas de Minas, **surpreendeu-se com o desfile**. Eles mandaram o motorista parar e correram para fotografar a festa. Odete Schulze, de 50 anos, mora em Blumenau e **conta que nunca viu nada igual**. “Sempre acompanhei as paradas gays pela televisão, mas é a primeira vez que vejo uma assim, tão perto. É linda”, disse a turista (grifo nosso).²²

Como já foi dito, o discurso jornalístico expressa um recorte do momento histórico no qual é construído. Vemos nas citações anteriores que ainda há uma certa concepção de gueto aos locais e/ou eventos onde os homossexuais expressam sua sexualidade. Por isso, talvez, o espanto dos repórteres com a presença de heterossexuais. E voltando à questão anterior, ao destacar a admiração da turista ao ver uma Parada Gay pela primeira vez, o repórter denuncia a própria surpresa com essa reação. Em outra reportagem, a repórter demonstra cautela ao se expressar. Ela utiliza aspas por não saber quais seriam as palavras *corretas* ao se referir ao Movimento GLBT: “A população – que **‘admirava’** com olhares atentos a movimentação do grupo – apoiava os **‘foliões’** [...]”(grifo nosso).²³

²⁰ 60 mil na avenida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jul. 2007. Caderno Gerais, p.24.

²¹ Parada da alegria. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 12 jul. 2004. Caderno Gerais, p.22.

²² Parada da Paz. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 jul. 2006. Caderno Gerais, p.24.

²³ Festa em tom de protesto. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 9 jul. 2001. Caderno Gerais, p.21.

A presença de crianças no evento também é evidenciada:

Muitos casais simpatizantes ao movimento gay levaram os filhos para a parada, alguns ainda bebês. **“É para que eles, desde pequenos, saibam que todo mundo é livre”**, justifica a técnica em enfermagem Adriana Eller Paiva, de 29 anos. Ela levou os filhos Roberto, de 2, Lídia, de 4, e a sobrinha Aline, de 10. As crianças acompanhavam o tio, o advogado Lacir Antônio Vieira Eller, de 26, que é gay assumido e lamentava a falta do namorado, que está na Espanha (grifo nosso).²⁴

Há que se destacar, no entanto, a forma como foi tratada uma questão polêmica na cobertura da VIII Parada do Orgulho Gay de Belo Horizonte. A presença de uma transexual acompanhada do filho adotivo não foi polemizada. O repórter citou a presença da criança como fez ao citar os filhos de casais heterossexuais, além de destacar o processo de luta por cidadania da personagem.

A cabeleireira Desiree Alexandra Charine, de 37, pela primeira vez participou de uma parada gay literalmente como mulher. Ela, que era homem, fez cirurgia para mudança de sexo há seis anos, mas só no ano passando conseguiu da Justiça o direito de ser reconhecida como mulher também nos documentos. Desiree levou o filho adotivo, Jefferson, de 5.²⁵

A questão levantada no tópico anterior sobre a mudança no enfoque da primeira reportagem, publicada em 2001, e da última, em 2007, também é visível quando analisamos os personagens utilizados no texto. Na matéria *Festa contra o preconceito* o repórter utilizou oito personagens sendo três homossexuais, três líderes do Movimento GLBT e dois políticos (autores de leis contra a homofobia em nível municipal e estadual). Seis anos depois, na reportagem *60 mil na avenida* não houve a citação de nenhum militante. A matéria enfocou problemas na organização do evento e foram entrevistados dois gays e três autoridades ligadas ao Corpo de Bombeiros, Prefeitura e Legislativo Municipal.

²⁴ Festa contra o preconceito. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 2005. Caderno Gerais, p.22.

²⁵ Festa contra o preconceito. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. 2005. Caderno Gerais, p.22.

Os três trios elétricos, que deveriam animar a passeata, também não puderam sair por falta de documentação, de acordo com o **tenente-coronel Hilário, do Corpo de Bombeiros**. [...] **O secretário-adjunto municipal de Direitos de Cidadania, Nilton Pereira**, esteve no local e disse que o Corpo de Bombeiros só informou às 18h de sexta-feira que o plano de segurança precisaria ser adequado, quando não havia mais tempo hábil para cumprir as exigências ou suspender o evento. Ele, que estava acompanhado da **vereadora Neusinha Santos (PT), líder do governo na Câmara Municipal**, explicou que houve pelo menos oito reuniões com os bombeiros durante os preparativos e, em nenhum momento, foi informado da necessidade da presença de brigadistas ou de médicos no local. “Trata-se de uma legislação em vigor desde o ano passado e não precisávamos informar nada”, replicou o tenente-coronel Hilário (grifo nosso).²⁶

Nota-se que se tornou mais importante, pelo menos do ponto de vista jornalístico, o quesito organização e segurança, do que o caráter político.

4.3 Festa ou movimento social

Fazendo um paralelo entre os personagens do texto e das fotografias percebe-se que o espaço cedido aos líderes do Movimento GLBT é restrito ao texto. Apenas uma reportagem trouxe fotos dos militares e praticamente todos os textos trouxeram os militantes enquanto personagens. A imagem física dos líderes do movimento teria pouca capacidade de atrair o público. O repórter utiliza, então, o espetáculo para chamar a atenção dos leitores através das fotografias e, posteriormente, por meio do texto explica, em partes, o que *significa* a Parada do Orgulho Gay. Para Gomes (2004), no entanto, o jornalista ao privilegiar o caráter espetacular de um acontecimento – motivado pelas exigências da comunicação de massa – busca, simplesmente, a sedução do público e não oferece os subsídios necessários para a compreensão dos fatos narrados.

Esta análise indica que a identidade homossexual midiática é tão complexa quanto o próprio Movimento GLBT. Sem entender essa diversidade de gêneros e reivindicações, os jornalistas tentam a todo custo mostrar que não a Parada do Orgulho Gay não é apenas uma festa. Eles privilegiam as falas políticas dos

²⁶ 60 mil na avenida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jul. 2007. Caderno Gerais, p.24.

participantes da passeata, mas acabam seduzidos pelo espetáculo, uma vez que a grande maioria dos personagens são homossexuais travestidos ou fantasiados.

O cabeleireiro Edir Medeiros, de 42 anos, diz que festa a fantasia Águia-Fênix, toda dourada, porque queria abrir “a porta da aceitação do afeto para os homossexuais”. Marcelo Leite, de 46, que estava travestido de Natacha Michelle, também pediu o fim do preconceito contra gays.²⁷

É como se o discurso jornalístico fizesse coro com as pessoas que consideram que as marchas organizadas pelo Movimento GLBT perderam o caráter político *inicial* se transformado em um grande carnaval fora de época, com centenas de pessoas fantasiadas consumindo álcool. Nesse sentido, Camargos (2004) explica que o teor festivo não afasta da manifestação o caráter político. Segundo ele, o que ocorreu, ao longo dos anos, com a Parada foi um processo de carnavalização. Para entender esse conceito ele cita Bakhtin:

[O carnaval, em seus primórdios]²⁸ era o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, da abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica desta do tempo, a do futuro, das alternativas e renovações. Opunham-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulação, apontava para o futuro incompleto (BAKHTIN *apud* CAMARGOS, 2004).

Ainda conforme Camargos, apesar da linguagem alternativa e alegre, o Carnaval é uma forma de romper com a ordem preestabelecida, a partir do momento, em que o folião tem a oportunidade de representar o que deseja ser através das fantasias e/ou da exposição do corpo. Ele acrescenta ainda que tanto o Carnaval quanto a Parada do Orgulho Gay proporcionam o direito de gozar de liberdade, de familiarizar-se, de quebrar regras da vida cotidiana etc.

²⁷ 60 mil na avenida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 jul. 2007. Caderno Gerais, p.24.

²⁸ No período da colônia e do império (entre 1600 e 1800), portugueses trouxeram para o Brasil o Entrudo, ritual de muita farra, risos e palavrões em que senhores e escravos saíam às ruas para atacar os transeuntes com limões de cheiro (projéteis feitos de resto de velas com água, anil, urina etc.). Devido à violência, que resultava até em mortes, o Entrudo foi proibido em 1854. Porém, nesse período começam a surgir os primeiros bailes carnavalescos (CAMARGOS, 2004).

Embriagados e carnalizados pela euforia da celebração, os participantes retornam ao cotidiano com regras pré-estabelecidas e completas, mas o tempo não é mais o mesmo, haverá outras estações, e tudo vai se transformando até a próxima festa. É nesse sentido que a Parada associa-se ao carnaval: o riso solto, a inversão da ordem, a explosão do deboche, os desregramentos em pleno espaço público: a rua e a praça onde tudo é proibido em dias comuns. Instaura-se então um avesso que promove a f(r)esta entre o espaço privado e público (CAMARGOS, 2004).

Não há que se questionar, portanto, se a Parada do Orgulho Gay é festa ou ato político. Ela tem os dois componentes. Da mesma forma, a mídia não pode ser culpada por se apropriar do espetáculo na construção do discurso jornalístico. O que vemos é que ambos, mídia e Movimento GLBT, são interdependentes. Um depende do fato-*show* para atrair audiência e o outro da capacidade do discurso jornalístico de gerar visibilidade no espaço público. E nesse processo, ficam implícitas algumas regras que ainda normatizam a sociedade contemporânea.

5 CONCLUSÃO

Diante da natureza do material empírico utilizado nesta análise, o discurso jornalístico, torna-se arriscado fechar este trabalho em uma única conclusão. Cada personagem utilizado na cobertura das Paradas Gays pode ser reinterpretado infinitamente. Mas propomos algumas reflexões em relação à representação do Movimento GLBT pelo jornal *Estado de Minas*.

Antes, porém, é necessário desmistificarmos a idéia de que a mídia atua como um satélite, em órbita da realidade social, emitindo signos e, posteriormente, representações com objetivos claramente definidos ou de forma consciente. Os meios de comunicação de massa *fazem parte* da realidade social e ao ampliar a visibilidade de um determinado movimento social tende a representar preconceitos e normas presentes na sociedade.

Dessa forma, ao analisarmos os personagens contidos na cobertura da Parada Gay de Belo Horizonte confirmamos de forma empírica a realidade pós-moderna. Ao mesmo tempo em que vivemos uma exacerbação dos valores da Modernidade, vemos a tensão com os valores patriarcais, burgueses e cristãos. Ao mesmo tempo em que a imagem da massa e dos travestis e *drag queens* chama a atenção da mídia, os repórteres também privilegiam fotografias de casais homossexuais. Considerando que a função da mídia é prover audiência através da disseminação de audiência, não são, necessariamente, os meios de comunicação que são sensacionalistas, mas sim a sociedade pós-moderna, para quem é produzido o discurso jornalístico. As pessoas, atualmente, são atraídas por signos que estimulem a sensação. Isso é visível não só quando analisamos a mídia, mas também as relações inter-pessoais, as artes etc.

Ao longo da análise dos personagens contidos no texto escrito percebemos que em alguns momentos surge uma *terceira voz*, numa tentativa de o próprio repórter explicar ao leitor qual o verdadeiro caráter da passeata: festivo ou político. A questão que já foi explicitada no capítulo anterior também reflete uma das facetas da pós-modernidade, o *tribalismo*. Nas últimas décadas, a *crise de identidade* estimulou um

sentimento de pertença a algum lugar, a um grupo, o que estaria propiciando o surgimento de diversas tribos urbanas. Esse *tribalismo*, como é definido por Maffesoli (2007), não teria nenhum objetivo, seja ele econômico, político ou social, se configurando apenas como uma forma de vivenciar o prazer de estar junto, de socializar-se. Considerando a marginalização do indivíduo homossexual ao longo dos séculos, a simples existência de um evento que proporcione a livre expressão da sexualidade e também uma socialização estaria legitimando a cidadania. Se a temática dos movimentos sociais contemporâneos é o direito a ter direito, o direito básico reivindicado pelo Movimento GLBT seria o acesso de seus integrantes ao espaço público.

No entanto, o próprio repórter como membro da sociedade ainda enxerga um distanciamento entre festejar e fazer política. E mais, denuncia que *estar em festa* não possa ser reivindicado como um direito. O que vemos, porém, é que ao atrair milhares de pessoas pela festa, a Parada Gay garante sua cobertura jornalística e, conseqüentemente, tem ampliada de forma considerável a visibilidade do Movimento GLBT no espaço público.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Míriam. Paradoxos da Identidade: A política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 14, p. 163-171, 2000.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. *O(s) Discurso(s) da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo*. In: Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 8., 2004, Coimbra. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel3/moacir_camargos.pdf>. Acessado em: 28/11/2007

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CRUZ, Rui Paulo da. Mídia, desenvolvimento, prática e crítica da democracia e do jornalismo. In: GUIMARÃES, César; JÚNIOR, Chico (orgs). *Informação & Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FIGUEIREDO, Marcus. Mídia mercado de informação e opinião pública. In: GUIMARÃES, César; JÚNIOR, Chico (orgs). *Informação & Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da Fonseca. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). *Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio. Sexualidade e Cidadania. Sociedade Civil e Poder Público na Organização da Parada GLBT na Cidade de Belo Horizonte (Brasil). *Les Cahiers de Psychologie Politique*, v. 10, p. 10, 2007.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio. Movimentos Homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura. O caso de dois grupos brasileiros. *Interações*, São Paulo, v. 19, 2005.

MAFFESOLI, Michel. Homossociabilidade: da identidade às identificações. *Bagoas*, Natal, v. 1, 2007.

MOTT, Luiz. *Etno-história da homossexualidade na América Latina*. In: Seminário-Taller de História de la Mentalidades e Imaginarios, 1994, Bogotá. Disponível em: <<http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos06.html>> Acessado em: 27/05/2008.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e Cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença Editorial, 1994.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e Política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SILVA, Alessandro Soares da. *Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAJFEL, Henri. *Grupos Humanos e Categorias Sociais: um estudo psicossocial II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Tríades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história*. Apresentação de Ronaldo Vainfas. São Paulo: GLS/Summus, 2000.

TRAQUINA, Nelson. As Notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. in: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1999.